

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Econ. Brasil

No Vermelho

Quando o ministro Bresser Pereira apresentou seu Plano de Consistência Macroeconômica, certamente não esperava que a política salarial, por ele idealizada em torno da Unidade de Referência de Preços (URP), fosse torpedeada precisamente pelas empresas estatais.

Aí está a síntese do problema político-econômico neste país. O Estado colocou-se acima dos interesses nacionais, pois enquanto as empresas privadas são solicitadas a congelarem ou semicongelarem seus preços, e absorverem aumentos de salários sem repassá-los aos preços, o setor público ignora tais parâmetros.

É inútil alegar, por exemplo, que várias tarifas de serviços públicos ou produtos essenciais permaneceram congelados durante muito tempo. Podem ter sido congelados alguns preços, mas não os efeitos desse congelamento, porque as empresas deficitárias recorrem em última instância a financiamentos do próprio governo para continuarem funcionando. O governo, ou emite papel-moeda, ou toma dinheiro emprestado no *overnight*, ou, finalmente, tenta aumentar os impostos para cobrir os déficits do Tesouro.

Déficit, muito a propósito, é exatamente o nome do que aconteceu no mês de setembro, quando o Tesouro fechou no vermelho com cerca de 35 bilhões de cruzados, e ao mesmo

tempo o papel-moeda em poder do público aumentou em 9%.

Os efeitos líquidos dessa política (déficit público e expansão do papel-moeda) traduzem-se com uma única palavra: inflação. É inútil argüir afirmando que as folhas de salários representam um percentual baixo em relação aos números globais das despesas do Tesouro ou do faturamento das empresas estatais. Salários e preços estão umbilicalmente ligados em economias que pararam de investir a longo prazo e são incapazes de gerar poupança dentro do governo. O que estamos assistindo é a outra corrida entre salários e preços que a URP tentou parar e que naufragou pela falta de respaldo político ao ministro da Fazenda Bresser Pereira.

O Brasil tem clara opção da racionalidade ou da Bangladânia, o termo usado pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen para caricaturar uma nação que caminha para o atraso de Bangladesh e cultive o fechamento ao exterior de uma Albânia, no coração do leste europeu hoje sacudido pela política de abertura, ou *glasnost*, soviética. A classe política precisa dar respaldo a um mínimo de coerência na condução da economia, coerência essa que passa por um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional e com os credores externos, de forma a reconduzir os investimentos estrangeiros ao país.